

Em busca de um mundo melhor

Declaração Universal de Direitos Humanos completa 50 anos enfrentando desafios inéditos

Helio Hara

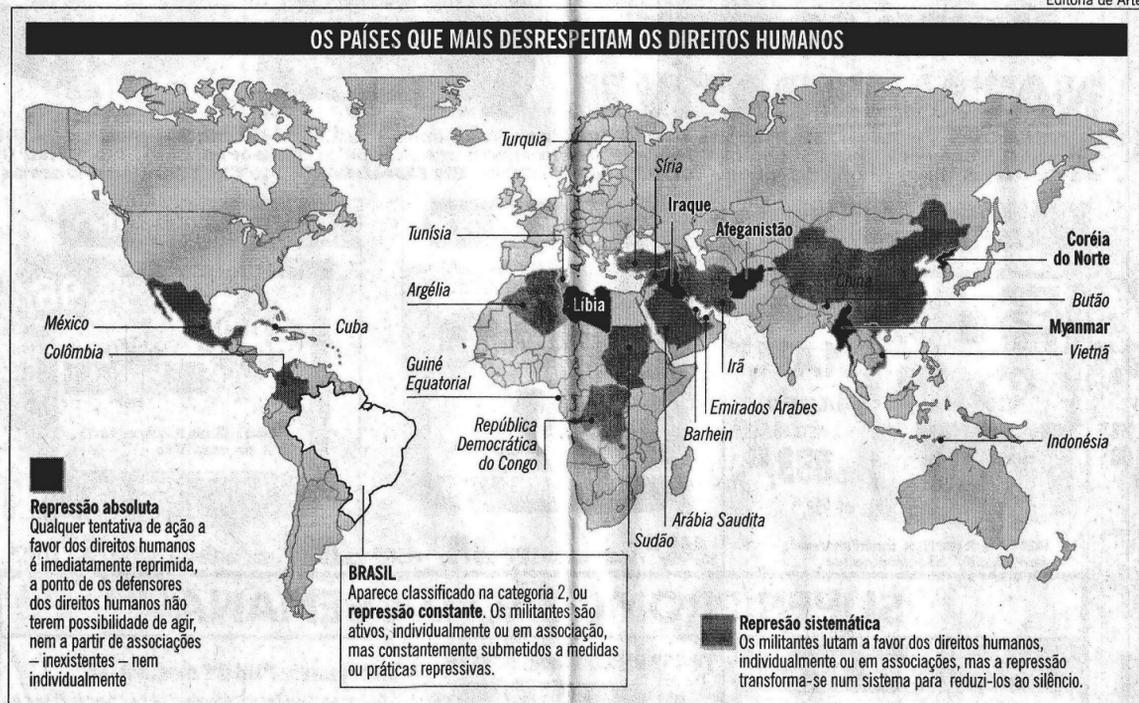
Correspondente • PARIS

Cinquenta anos depois, muros e regimes caíram, a tecnologia transformou o cotidiano, e o mundo se encontra fatiado em blocos econômicos: adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, no Palácio de Chaillot, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ambicionava um futuro melhor. Recém-saído do trauma da Segunda Guerra, e ainda com imagens na memória como a de Hiroshima devastada, o mundo — ou pelo menos a parcela representada pelos 48 países que votaram pelo "sim" na ONU, incluindo o Brasil — via nos 30 artigos uma forma de dizer basta às atrocidades.

Atualidade do texto foi discutida em oito reuniões na França

A intenção, contudo, não chegou completamente às vias de fato, como se viu no massacre da Praça da Paz Celestial (Pequim) em 1989, na chacina da Candelária em 1993 e na limpeza étnica na Iugoslávia. Cinco décadas depois, um encontro em Paris celebra, a partir de amanhã, o aniversário do texto e põe em pauta desafios então inimagináveis.

— Não diria que há uma decepção. Mas é triste ver a multiplicação de conflitos, a violência e a pobreza resultantes de uma economia mundial mal ou quem sabe demasiadamente bem conduzida — diz, num misto de ironia e entusiasmo, Stéphane Hessel, 81 anos, um dos criadores da ONU que participou da comissão de redação da declaração. — Em 1998, o mundo diz: não nos livramos dos conflitos, não conseguimos chegar a um equilíbrio de recursos. Mesmo assim sou otimista. Não houve uma terceira guerra, a economia vai mal, mas vai em frente, confio na capacidade intelectual dos contemporâneos. O avanço foi grande em termos de convenções: contra a tortura, pelo direito das crianças. Textos existem em grande número. A própria universalidade da declaração foi reiterada em Viena em 1993. A questão é aplicá-los.



— Aparece classificado na categoria 2, ou repressão constante. Os militantes são ativos, individualmente ou em associação, mas constantemente submetidos a medidas ou práticas repressivas.

Hessel é um dos mais de mil convidados para a reunião de Paris, na qual serão apresentados relatórios referentes a oito encontros realizados na França nos últimos meses, que tiveram como tema a atualidade do texto em relação à emergência de novas questões como o direito a um meio ambiente sadio, as dúvidas criadas pela biotecnologia, e os novos fluxos migratórios surgidos a

partir de conflitos internos.

Robert Badinter, dirigente da missão interministerial francesa que preparou a reunião, qualifica os direitos humanos como uma criação contínua. Ele lembra, por exemplo, a dificuldade de se definir hoje o direito à liberdade de expressão por causa da Internet, que exige respeito à privacidade e à criação individual, enquanto levanta problemas como a proteção de crianças e adolescentes expostos a uma quantidade de dados jamais vista antes.

Mas há questões mais palpáveis: hoje, acima de tudo, a economia global é considerada um dos pontos cruciais na questão dos direitos humanos. Consta-

ta-se que o avanço econômico, medido através de índices como o PIB, foi incapaz de acompanhar as aspirações da declaração, criando zonas de exclusão internas e externas, tanto na África Central quanto nos guetos das grandes metrópoles. O problema hoje, avalia Michel Forst, diretor da Anistia Internacional na França, é que o poder econômico interfere diretamente no político.

— Basta ver o caso da China, onde continua a haver desrespeito aos direitos humanos. Como ela se transformou numa força política e tem enorme potencial econômico, os governos interessados no país não sabem lidar com opositores ao regime de Pequim como o Da-

lai Lama — diz ele, referindo-se ao fato de o líder tibetano não constar da lista de convidados do Governo francês.

Hessel, cuja infância está retratada no filme "Jules e Jim", de François Truffaut, vai além e lança em discussão a validade de criar órgãos de regulação.

— O FMI e o Banco Mundial, por exemplo, não estão sujeitos a instâncias reguladoras que garantam um mundo mais justo e equilibrado — afirma Forst, que nasceu na Alemanha, foi perseguido no nazismo e integrou a resistência. — A ONU tem um Conselho de Segurança não muito legítimo em sua composição, mas que faz um trabalho. Mas não há conselho de segurança econômico ou social. Os novos blocos mundiais como o Mercosul são úteis, mas, se levarem em conta só o crescimento econômico, terão efeito autodestrutivo.

Tribunais para Ruanda e antiga Iugoslávia foram grande avanço

Num movimento incessante que indica progresso em determinados pontos e inércia em outros, os defensores dos direitos humanos celebram nos últimos meses o caso Pinochet — que poderia ser o primeiro nome de uma longa lista de ditadores impunes — e a aprovação em Roma, em julho deste ano, do texto de criação de um Tribunal Penal Internacional, idéia proposta já em 1924 pela Associação Internacional do Direito Penal. O texto precisa ainda ser ratificado pelos signatários.

— Houve um longo período de estagnação, mas os dois tribunais supranacionais (de Ruanda e da antiga Iugoslávia) foram um enorme progresso — ressalta Hessel. — Imagine alguém da ONU indo a um país para perguntar o que está acontecendo com os direitos humanos e os governos terem de responder. O tribunal internacional existirá, seja em dez anos, mais ou menos. Tudo caminha para a sua criação. ■

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

• Preâmbulo

• Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

• Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

• Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

• Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

• Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor de pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

• Considerando que os Estados Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades,

• Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, agora portanto A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem com o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

• Artigo I. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

• Artigo II — 1. Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição; 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

• Artigo III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

• Artigo IV. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

• Artigo V. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

• Artigo VI. Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

• Artigo VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

• Artigo VIII. Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

• Artigo IX. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

• Artigo X. Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

• Artigo XI. 1. Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha

sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa; 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

• Artigo XII. Ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

• Artigo XIII. Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; 2. Todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

• Artigo XIV — 1. Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países; 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

• Artigo XV — 1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade; 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

• Artigo XVI — 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução; 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes; 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

• Artigo XVII — 1. Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros; 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

• Artigo XVIII. Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

• Artigo XIX. Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

• Artigo XX — 1. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas; 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

• Artigo XXI — 1. Todo homem tem o direito de tomar parte no Governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos; 2. Todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país; 3. A vontade do povo será a base da autoridade do Governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

• Artigo XXII. Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

• Artigo XXIII — 1. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; 2. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho; 3. Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

• Artigo XXIV. Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

• Artigo XXV — 1. Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistên-

cia em circunstâncias fora de seu controle; 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

• Artigo XXVI — 1. Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito; 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz; 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

• Artigo XXVII — 1. Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios; 2. Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

• Artigo XXVIII — 1. Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

• Artigo XXIX — 1. Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível; 2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática; 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

• Artigo XXX. Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.